

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
68000072002 - DRISC
ALESC
CORREIOS

Distribuição gratuita



Acervo Fatma

Área do Parque da Serra do Tabuleiro abrange nove municípios da Grande Florianópolis. Acima, a ponta de Naufragados, na Ilha de Santa Catarina

GT apresenta soluções para o Parque do Tabuleiro

Sete situações e as ações para solucionar os impasses por elas gerados, com o compromisso de estabelecimento e o conseqüente cumprimento de prazos para sua efetivação. Este o resultado dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho do Fórum Parlamentar

Permanente do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro apresentado no último dia 19. O documento final, assinado pelos representantes das associações comunitárias envolvidas e pela Fundação de Amparo ao Meio Ambiente (Fatma), também traz o compromisso do Movimento

pela Recategorização do Parque de retirar a proposta de transformar a Unidade de Conservação em Área de Proteção Ambiental (APA). A proposta vinha sendo defendida pelas comunidades dos nove municípios abrangidos pela área do Parque como um caminho para

regularização de imóveis que, desde a criação da área, há mais de 30 anos, ainda não foram indenizados pelo poder público, além de permitir atividades econômicas ambientalmente sustentáveis.

Página Central

Chefes dos Poderes querem aumento dos repasses

Em audiência pública realizada pela Comissão de Finanças e Tributação para discutir a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, no dia 21, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas do Estado, o Poder Legislativo e a Universidade do Estado de Santa Catarina reivindicaram reajuste no percentual da receita estadual destinada a cada um deles.

Também foi discutida uma mudança na base de cálculo usada pelo Executivo para definir os valores dos repasses.

Página 8

Educação pede que governo cumpra o artigo 170

Página 8



Eduardo Guedes de Oliveira

Grupo apresentou o Shimadaikô, cerimônia típica daquele país

AL celebra imigração japonesa

Os 98 anos da imigração japonesa no Brasil foram comemorados em sessão solene, no dia 19, quando as associações que representam a comunidade nipo-brasileira no estado assinaram a ata de constituição da Federação das Associações Nikkais de Santa Catarina.

Duas outras sessões solenes

renderam homenagem aos 40 anos de fundação da Universidade do Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, no dia 20, e aos 45 anos de existência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), na noite do dia 21.

O BRDE foi fundado pelos então governadores Celso Ra-

mos (SC), Leonel Brizola (RS) e Ney Braga (PR), em 15 de junho de 1961, e se solidificou em sua trajetória como ferramenta importante para fomentar o desenvolvimento da região Sul.

Páginas 3 e 8

OPINIÃO

Sem ética, político acabará isolado

Estamos há um ano e meio vivendo um grande drama na política nacional. Tenho andado por 150 municípios e ouvido manifestação das pessoas, que é de absoluta descrença. Todo político que falar de ética mas não a pratica, será isolado por este novo eleitor, que é bem informado e que vai pensar muito antes de oferecer seu voto na próxima eleição.

Na condição de presidente da Escola do Legislativo de Santa Catarina tenho visitado muitos municípios e participado de reuniões em diversas comunidades, na busca de maior interação entre o Parlamento, via Escola. Nesses roteiros, embora não fosse esse o objetivo, tenho tido a oportunidade de conhecer do ânimo do eleitor catarinense com relação à Política e, mais especificamente, às eleições de outubro.

Constatarei, por exemplo, que é vital a necessidade de o político se aperceber da nova realidade,

e do "novo eleitor", de adotar uma nova postura. A política não pode ser somente um texto, mas uma prática no dia-a-dia do parlamentar. O gesto que o político pratica vai interferir na vida das pessoas. Por isso, ele

Apesar do desencanto do eleitorado, votar em branco ou anular o voto não são os melhores encaminhamentos

precisa se conscientizar disso, do seu real papel, e ter sempre em mente que a política é a arte de fazer o bem, de fazer o possível e o impossível para atingir esse nobre objetivo.

Apesar do desencanto de

Meio Ambiente

A preservação do meio ambiente é tema de reflexão, ainda que tardia, necessária para o surgimento de mais ações que resultem no combate aos problemas de degradação ambiental que comprometem os recursos naturais e toda a vida futura no planeta.

Estão tramitando na Assembleia Legislativa de Santa Catarina os Projetos de Lei nº 0341/04 e nº 0013/06, ambos de minha autoria, que propõem medidas que visam a proteção do meio ambiente. O primeiro, estabelece compensações financeiras aos agricultores em regime de economia familiar, cujas terras encontram-se em área de preservação permanente. Trata-se de um estímulo à conservação ambiental por parte dos agricultores beneficiados, pois nem sempre a conciliação entre as

leis ambientais e a necessidade de sobrevivência é tranqüila e justa. O segundo, institui o Programa de Recuperação e Proteção das Matas Ciliares no Estado de Santa Catarina. A mata ciliar é a floresta que se localiza ao longo dos rios, córregos, igarapés, nascentes, lagos naturais e artificiais. Entre outras coisas, o programa objetiva fornecer exemplares de espécimes nativos para reflorestamento das áreas de preservação permanente, permitindo a criação de mecanismos efetivos para a recuperação e proteção das matas ciliares.

Proteger a mata ciliar é diminuir a força vinda das chuvas nas margens dos rios, evitando a erosão e impedindo que a terra, areia e até o lixo das enxurradas cheguem aos rios, evitando o seu assoreamento e a poluição

parte do eleitorado, não acredito que votar em branco ou anular o voto sejam os melhores encaminhamentos. Embora reconheça que exista um contingente muito grande de pessoas que votarão em branco ou anularão o seu voto, é preciso observar que, por exemplo, isso não impedirá que Santa Catarina continue a ter os mesmos 16 deputados federais. Na verdade, o melhor gesto de indignação é fazer o contrário: "Votar na melhor postura".

Sobre a Escola do Legislativo, é importante lembrar que ela tem sido fundamental na "construção" do novo político e do novo eleitor. Posso citar, como fortes exemplos, as ações desenvolvidas em parceria com outras entidades para a formação de agentes políticos e a criação do Parlamento Jovem. Este último para a formação de novas lideranças políticas.

Deputado Celestino Secco (líder do PP)

das águas, colaborando para a preservação das áreas de reserva legal, dos corredores da fauna (proteção de espécies raras) e para o equilíbrio ambiental.

Sabemos que as crises ecológicas mais ameaçadoras estão relacionadas à expansão do sistema capitalista mundial e a única saída viável passa por uma nova forma de organização econômica, uma nova sociedade cuja opressão e exploração do homem pelo homem seja coisa do passado. Porém, isto não pode servir como desculpa à paralisia de políticas públicas voltadas para as questões ambientais, que apesar de não solucionarem o problema, servem para amenizar algumas situações.

Deputado Padre Pedro (PT)

Artista plástico expõe obras na AL

As obras do artista plástico Murah estão em exposição desde o dia 19 de junho na Galeria de Arte Meyer Filho. O artista carioca, com o "coração paulista", retrata nas telas os geométricos e coloridos. A obra de Murah é única e alegre, e impressiona pelos traços simples e vibrantes, dando vida às formas e sentido a suas idéias sensíveis. Abrangendo formas redondas, retangulares, quadradas, elípticas e flexíveis, as obras permitem a interferência de qualquer pessoa e a liberdade para novas leituras.

Com este perfil, o trabalho de Murah é repleto de elementos que instigam o observador a manter um olhar profundo que o conecta

Eduardo Guedes de Oliveira



com a energia das cores presentes nas telas. Outras características são as possibilidades de disposição das peças de diferentes maneiras criando formas geométricas, flores, cores surpreendentes e com grande diversidade.

O artista já participou de várias exposições desde que iniciou a carreira, em 2003, e ficou conhecido pela participação no Mercado Mundo Mix.

[AGENDA]

- **26 de junho, 19 horas:** Coletiva com o Grupo de Arte Sete da Ilha
Locais: Galeria de Arte Meyer Filho
- **26 de junho, 19 horas:** Comissão de Transportes – Audiência pública para debater a regulamentação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
Local: Plenário
- **27 de junho, 9 horas:** Comissão de Segurança Pública – Audiência pública para discutir as questões de segurança no trânsito, gravidade dos acidentes automobilísticos e da vegetação potencialmente perigosa para a produção de acidentes às margens de rodovias federais e estaduais
Local: Plenário
- **28 de junho, 19 horas:** Lançamento da XV Festa da Polenta – Rio do Oeste
Local: Hall da AL

Mesa

AL NOTÍCIAS

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Branganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins, Edna Schumacker e Janine Koneski de Abreu

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone Marçal Alves

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Aline Eni Moreira, Ana Paula da Silva Lopes, Bruna Luzia Vieira, Fabiano Vanderlei Rosa, Robson Barbosa, Robson Ribas e Viviane Olga da Fonseca

INSTITUCIONAL

Descendentes japoneses comemoram Dia da Imigração

Em 18 de junho de 1908, o vapor Kasatu Maru aportou em Santos (SP) trazendo os primeiros 781 japoneses ao Brasil

Para celebrar o equilíbrio das relações entre Brasil e Japão, fruto do esforço de imigrantes e seus descendentes brasileiros que trabalharam para o estreitamento dessa amizade, o Parlamento catarinense realizou sessão solene na noite do dia 19, comemorando o Dia Nacional da Imigração Japonesa (18 de junho).

O evento, proposto pelo deputado Onofre Agostini (PFL), contou com a presença do Cônsul Geral do Japão, Hirotsugu Hagiuda; do presidente da Associação Cultural Brasil-Japão do município de Frei Rogério, Fumio Honda, e do secretário executivo Estadual da Articulação Internacional, Roberto Colin, além dos deputados Sérgio Godinho (PSB) e Jorginho Melo (PSDB).

Há 98 anos, em 18 de junho de 1908, chegou o primeiro vapor – o Kasato Maru – com imigrantes japoneses, vindo da Província de Okinawa. “Foi uma viagem de 30 dias, trazendo 158 famílias, totalizando 781 japoneses. Um povo trabalhador e que passou por muitas dificuldades

com a língua e o preconceito”, lembrou o deputado Onofre, que fez um breve relato sobre a história da imigração japonesa no país. “Valeu cada pinga de suor, valeu o sacrifício, o rosto queimado pelo sol. Que Deus proteja a cada um de vocês que vieram de outro continente e que agora fazem parte do nosso mundo”, finalizou.

Gerações

Atualmente, o Brasil já abriga a quinta geração de descendentes – os gosseis –, e a comunidade japonesa ultrapassa um milhão de habitantes. A maioria está concentrada no estado de São Paulo (70%).

“Sinto-me muito orgulhoso de fazer parte disso. Orgulhoso de poder presenciar a comemoração de grandes feitos japoneses no país. Obrigado Brasil por nos receber de braços abertos”, salientou o cônsul Hagiuda.

Com a finalidade de abrilhantar os festejos, as associações que representam a comunidade nipo-brasileira no Estado assina-

ram a ata de constituição da Federação das Associações Nikkeis de Santa Catarina. Uma placa de homenagem aos imigrantes japoneses e seus descendentes no Estado foi entregue ao vice-presidente da entidade, Fumio

Honda. “Estamos há 50 anos na região Sul do Brasil e desejamos continuar nessa harmonia para sempre. E sempre estaremos aqui para trazer os nossos princípios fundamentais: a honestidade e a responsabilidade”, salientou.

Ao final da sessão, o público presente assistiu a uma apresentação de Shimadaikô e a uma exposição de produtos cultivados pelos descendentes de japoneses no Estado, como a maçã fugi, a pêra, o kiwi e o alho.

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Fumio Honda recebeu os cumprimentos de Onofre após destacar a harmonia entre brasileiros e japoneses

Unidavi completa 40 anos de fundação

A Universidade do Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), sediada em Rio do Sul, foi homenageada pelos 40 anos de fundação, que se completam no dia 7 de julho, em uma sessão solene realizada no dia 20. A iniciativa partiu do deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB).

Um vídeo contando toda a trajetória de implantação e desenvolvimento da instituição e o relato do reitor, professor Viegand Eger, mostraram a longa caminhada dos fundadores para garantir que a região tivesse um ensino superior bem estruturado.

A universidade, por sua vez,

também homenageou com medalhas o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), os deputados Peninha, Celestino Secco (PP), presidente da Escola do Legislativo, Joares Ponticelli (PP), Nelson Goetten (PFL) e, em especial, o ex-governador Ivo Silveira, que foi o maior incentivador e um

dos responsáveis pela implantação da Faculdade de Administração de Empresas do Alto Vale do Itajaí, depois denominada Fedavi e hoje Unidavi.

O pedido para o funcionamento da Faculdade chegou ao Conselho Estadual de Educação (CEE) em 1966. Inicialmente, o Conselho negou o pedido por considerar que não havia condições para sua instalação, mas o então

governador Ivo Silveira pediu que a decisão fosse revista, diante da importância de uma faculdade para atender a população daquela região. Um ano depois, no dia 18 de março de 1967, o vice-presidente do CEE, Orlando Ferreira de Mello, proferiu a aula inaugural na Faculdade.

A sessão foi presidida inicialmente por Julio Garcia e depois por Joares Ponticelli. Participaram da mesa o reitor Viegand Eger, o ex-governador Ivo Silveira, o prefeito de Rio do Sul, Milton Hobus (PP), o presidente do Conselho Estadual de Educação, Adélcio Machado dos Santos, e o professor Nelson de Abreu, junto com o ex-prefeito Alfredo João Kriek.

Humanista

Peninha lembrou a iniciativa dos fundadores Bertholdo Eger e Guilherme Gemballa e disse que queria “enaltecer a visão humanista que tiveram”. Celestino salientou que “em futuro muito breve desejo que a Escola do Legislativo possa ser parceira da

Unidavi, cuja história se deve ao espírito de persistência para construir um grandioso patrimônio cultural e humano”.

O ex-governador Ivo Silveira, bastante emocionado com a homenagem recebida, falou a uma platéia atenta que parecia estar revivendo os idos de 1950, quando pela primeira vez assumiu a tribuna da Assembléia Legislativa. Presidindo a sessão solene, Ponticelli, que nasceu um ano antes da fundação da Unidavi, disse que estava da mesma forma emocionado e que espera ter vida longa, assim como o ex-governador, para participar das homenagens pelos 80 anos da instituição. “Os primeiros 40 já passaram”, salientou.

Até 1971, portanto durante quatro anos, a Faculdade de Administração formou centenas de alunos funcionando no subsolo do Colégio Dom Bosco. Hoje, em um complexo próprio, a Unidavi tem cursos de educação básica, graduação e pós-graduação, seqüenciais e de extensão, e já formou milhares de alunos.



O reitor da instituição recebeu placa comemorativa do Poder Legislativo

Livro resgata parte da história de Jaraguá do Sul

Publicação foi editada pelo Centro de Memória do Poder Legislativo, que já realizou o mesmo trabalho de resgate histórico dos municípios de Criciúma e Florianópolis



Eduardo Guedes de Oliveira

Dionei com a coordenadora do Centro de Memória, Thessália Rodrigues: "Mais do que uma homenagem"

A Assembléia Legislativa lançou em sessão solene realizada no dia 22, no Clube Atlético Baependi, em Jaraguá do Sul, a publicação "De Jaraguá a Jaraguá do Sul – O Legislativo Catarinense Resgatando a História do Município – 1883/2006". Editado pelo Centro de Memória do Poder Legislativo, por solicitação do deputado Dionei Walter da Silva (PT), o livro contém documentos sobre o município, que pertencem ao acervo permanente da Assembléia Legislativa e até então eram desconhecidos do público em geral. A edição faz parte de um projeto chamado "O legislativo catarinense resgatando a história da cidade".

Em edição especial numerada, impresso em papel reciclado oriundo do próprio Poder Legislativo e com encadernação de fino acabamento, o livro é a terceira edição nesse formato – os anteriores retratam a história de Criciúma e de Florianópolis –, e será disponibilizado para consulta na biblioteca e no Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul. Também será apresentado em CD-ROM e distribuído para todas as escolas do município. "Tornar públicos documentos que resgatam fragmentos da história de Jaraguá do Sul, sem dúvida,

é uma contribuição valiosa que a Assembléia Legislativa dá para a construção da memória do município. Além do valor histórico da publicação, prestaremos uma homenagem aos 130 anos do município realizando pela primeira vez uma sessão da Assembléia Legislativa em Jaraguá do Sul", salientou o deputado Dionei.

O Clube Atlético Baependi foi escolhido para sediar o evento em função da comemoração de seu centenário em 2006. Outras entidades e escolas centenárias do município foram homenageadas na solenidade com um exemplar do livro. Instituições públicas guardiãs da memória da cidade, entidades de classe, ex-prefeitos e ex-deputados locais, associações étnicas e culturais, historiadores e personalidades que contribuíram para a construção da história de Jaraguá do Sul nestes 130 anos de colonização, também receberam um exemplar da publicação.

Documentos

Reunidos em sete capítulos, fac-símiles de originais que tramitaram desde a Assembléia Provincial até os dias atuais, os documentos foram agrupados

por assuntos e abordam a criação do município; a administração pública; o desenvolvimento urbano; educação, esporte e saúde; os destaques políticos da região (de 1947 a 2006); as pontes, ferrovias e rodovias e o desenvolvimento industrial e agropecuário.

O documento mais antigo publicado na edição data de 1883. Trata-se da Lei 998, que determina que façam parte do município de Joinville os terrenos pertencentes ao patrimônio dos senhores Conde e Condessa D'Eu, situados nos vales do rio Itapocu, rio Negro e afluentes dos mesmos. Outro documento curioso e importante para a história de Jaraguá do Sul, uma Mensagem do Governador à Assembléia, datada de 1º de setembro de 1902, cita que na Colônia de Jaraguá foram medidos 81 lotes de terras, construídos 22.610 metros de estrada e estabelecidos 86 imigrantes.

Os trabalhos da Companhia Colonizadora Hanseática, a emancipação e a criação da Comarca de Jaraguá do Sul, em 1934, e a separação de Corupá, em 1958, também constam na publicação, na relação de documentos da fase mais antiga do município.

Convênios do PAB são renovados

Representantes das organizações comunitárias que fazem a seleção dos jovens ao Programa Antonieta de Barros (PAB), coordenado pela servidora Marilú Lima de Oliveira, renovaram no dia 20 os convênios referentes ao Programa. Eles foram recebidos pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), e aproveitaram para enfatizar os resultados positivos que o programa vem trazendo às comunidades beneficiadas. O PAB oferece estágios na Casa a jovens de comunidades carentes em situação de risco.

Para Romeu Franzoni, do Conselho Comunitário do Pantanal – entidade que já teve três jovens selecionados ao PAB –, a iniciativa da Assembléia Legislativa garante ao jovem o caminho certo. "Estamos mantendo nossos jovens fora das ruas, ocupados. O conselho indicou dois jovens que se tornaram multiplicadores de conhecimento", destacou.

O representante do Bloco Liberdade, de São José, Marcos Caneta, também aproveitou a oportunidade para agradecer o

espaço oferecido pelo PAB. "Aqui na Assembléia esses jovens estão vivenciando efetivamente sua cidadania. Outra coisa que quero salientar é a questão da empregabilidade. Muitos desses jovens estão aqui sustentando suas famílias", afirmou ele.

Marilú propôs a construção de uma rede dos movimentos sociais, via PAB. "A idéia é que outras entidades se organizem e juntas cuidem dos seus jovens. Que eles possam voltar para as suas comunidades e se tornem referências de mudança", assinalou. Outra proposta apresentada é levar o PAB a outras esferas do governo.

O deputado Julio Garcia salientou a importância do PAB, por ser efetivamente de cunho social e não político. "É apenas uma pequena contribuição do Poder Legislativo e espero que possamos aperfeiçoá-lo cada vez mais e levá-lo adiante. Nesse caso, estamos aqui para ajudar os nossos jovens e não fazer política. O nosso principal objetivo é garantir o aprendizado e a inclusão social", afirmou.

Eduardo Guedes de Oliveira



Representantes das entidades comunitárias enalteceram a iniciativa

TRE/SC lança campanha Mesário Voluntário

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC) lançou a campanha Mesário Voluntário, para estimular a participação dos cidadãos como mesários no pleito deste ano, sem a necessidade da convocação feita pelo órgão nas eleições anteriores.

Para o servidor público que se apresentar voluntariamente, por exemplo, a participação poderá servir como critério de desempate em casos de promoção na carreira. A mesma vantagem poderá ocorrer em concursos públicos realizados pela Justiça Eleitoral

catarinense. Os mesários também serão dispensados do trabalho, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias trabalhados na eleição.

Não podem ser mesários, os candidatos e seus parentes, até o segundo grau, inclusive o cônjuge; membros de diretórios de partido político em função executiva; autoridades e agentes policiais, funcionários que ocupam cargos de confiança do Executivo.

Mais informações no endereço eletrônico www.tre-sc.gov.br.

COMISSÕES

Comissão busca consenso para impasse sobre a Fahece

Grupo composto durante audiência deve apresentar proposta para gestão do Hemosc e Cepon até o dia 5 de julho

Uma comissão integrada por representantes dos diversos setores da saúde estadual vai construir, até o dia 5 de julho, uma proposta que solucione o impasse gerado pelo fim do contrato de gestão entre a Fundação de Apoio ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina - Centro de Pesquisas Oncológicas (Fahece - Hemosc/Cepon) e o Estado. "Há várias nuances para serem debatidas e o papel dessa comissão é buscar um modelo que flexibilize e modernize a gestão pública dos serviços de hematologia e hemoterapia", explica o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), ao mesmo tempo em que garante que a privatização do setor está totalmente descartada.

A constituição do grupo resultou de encontro promovido por iniciativa de Blasi e realizado no dia 14, quando representantes do governo, da Fahece, dos servidores e do Ministério Público Estadual (MPE) discutiram formas de resolver o impasse gerado pelo fim do contrato de gestão entre a Fundação e o governo estadual.

O contrato terminou em 2004, mas ainda continua sendo praticado, o que é ilegal, de acordo com o MPE. Parte dos serviços é administrada pela Fundação e outra parte pelo governo e os serviços precisam ser regularizados através de contrato, conforme determinação legal. Segundo o representante do Ministério Público, João Alexandre Acosta, ou o Estado celebra um novo contrato de gestão com a Fahece, ou retoma a gestão dos serviços do Hemosc e do Cepon através da Secretaria da Saúde.

Projeto

Um dos poucos pontos de consenso do encontro foi o entendimento de que a retomada dos serviços pelo Estado, com gestão direta, é ruim para a população e para os servidores da saúde. Isto porque, de acordo com os presentes no debate, ao invés de um orçamento próprio, o Hemosc e o Cepon passariam a ser geridos pelo caixa comum da Secretaria da Saúde, correndo o risco de ficar de fora das prioridades da pasta.

Sobre o projeto de lei em tramitação na Comissão de Trabalho e Serviço Público da Casa, que tira as Organizações Sociais da área da saúde, Blasi vai propor na próxima reunião da Comissão, o sobrestamento da matéria até a construção da proposta. Os servidores temem que o projeto abra

caminho para a transformação da Fahece em Organização Social e, na seqüência, para a privatização dos serviços do Hemosc e do Cepon.

Participaram do encontro a secretária de Estado da Saúde, Carmen Zanotto; o presidente do Sindisaúde, Jairo Silva; o coordenador do Movimento em Defesa do Hemosc e Cepon Públicos, Mário Zunino; a diretora técnica do Cepon, Cristiane Fabiani; o diretor do Hemosc, Guilherme Genovez; o assessor jurídico da Secretaria da Saúde, Rodrigo Linhares, e o diretor geral da Secretaria da Saúde, Lester Pereira.



Líder do governo (ao centro) garantiu que não haverá privatização dos serviços prestados pelas instituições

Audiência pública debate legislação eleitoral

Representantes do Tribunal Regional Eleitoral, do Ministério Público, de partidos e comitês políticos e vários deputados discutiram na manhã do dia 13, em audiência pública solicitada pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), diversos aspectos da legislação eleitoral.

O procurador Ivens José Thives de Carvalho, do Ministério Público, foi o primeiro a falar, chamando

à atenção logo de início "para o desconhecimento de todas as peculiaridades" da Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei nº 11.300, de 10 de maio deste ano. Também deu destaque à Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nº 22.158, de 2 de março deste ano, que dispõe sobre a propaganda eleitoral e as condutas vedadas aos agentes públicos em campanha

eleitoral. "Recebemos inúmeras consultas diárias sobre o assunto, mas temos dificuldades em dizer o que pode e o que não pode nestas eleições", declarou Thives de Carvalho, salientando que a lei 11.300 atenta contra a determinação constitucional do prazo de um ano para a entrada em vigor de leis como esta. Além disso, para o procurador regional do TRE, Carlos Antônio Fernandes de Oliveira, a atual legislação é ruim. "Tenho uma postura um tanto cética quanto à legislação para estas eleições, por que ela é muito antiga e contemplava outras eleições em outras épocas", comentou.

Pela resolução, entre outras coisas, estão proibidos todo tipo de brinde e os

showmícios, com a finalidade de reduzir os gastos de campanha e evitar o abuso de poder econômico, que fizeram os comícios se transformarem em espetáculos de diversão. O problema, para o procurador do TRE, é que não há nenhuma penalidade estabelecida para essas questões. Foi estabelecida a proibição, mas não há sanção prevista para o candidato que infringir a lei. Existe multa somente no caso da propaganda mediante outdoor. "A lei é tão ruim nesse aspecto que o legislador teve o cuidado de incluir na questão dos brindes a cesta básica, como se esta fosse um brinde qualquer, que não representasse nada para o eleitor. Penso que a esta altura o TSE deveria ter anunciado que a lei promulgada a menos de um ano só teria valor para o próximo pleito e aí promover uma grande reforma eleitoral", analisou o procurador do TRE.

Avaliação

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB),

defendeu o estabelecimento, depois das eleições deste ano, de uma regra permanente para definir os pleitos eleitorais.

O deputado Jorginho Mello (PSDB) questionou o procurador regional eleitoral, Carlos Antonio Fernandes Oliveira, sobre a atuação da Justiça em casos de crimes cometidos contra candidatos. O exemplo citado pelo parlamentar foi o de um determinado candidato mandar confeccionar camisetas e brindes com o nome de outro candidato, para incriminá-lo. "Qual a defesa do candidato prejudicado? Como provar que ele não fez isso?", perguntou Mello. O procurador disse que será preciso analisar caso a caso, checando informações, como a nota da encomenda.

Ivens de Carvalho espera que os candidatos busquem ética na campanha para evitar esse tipo de ocorrência. "Espero que ninguém tenha tamanha falta de ética. Estaremos atentos a todo o processo eleitoral, nas questões tributária e de moralidade administrativa, para chegarmos ao resultado de um pleito lícito", disse.



Procuradores defenderam a suspensão da vigência da Lei nº 11.300, aprovada em maio

COMISSÕES

GT define ações para solucionar impasses sobre o Parque do Tabuleiro

Líderes comunitários se propõem a desistir definitivamente do projeto que visava transformar o Parque Estadual em Área de Proteção Ambiental (APA)

Rose Mary Paz Padilha
Mirela Maria Vieira

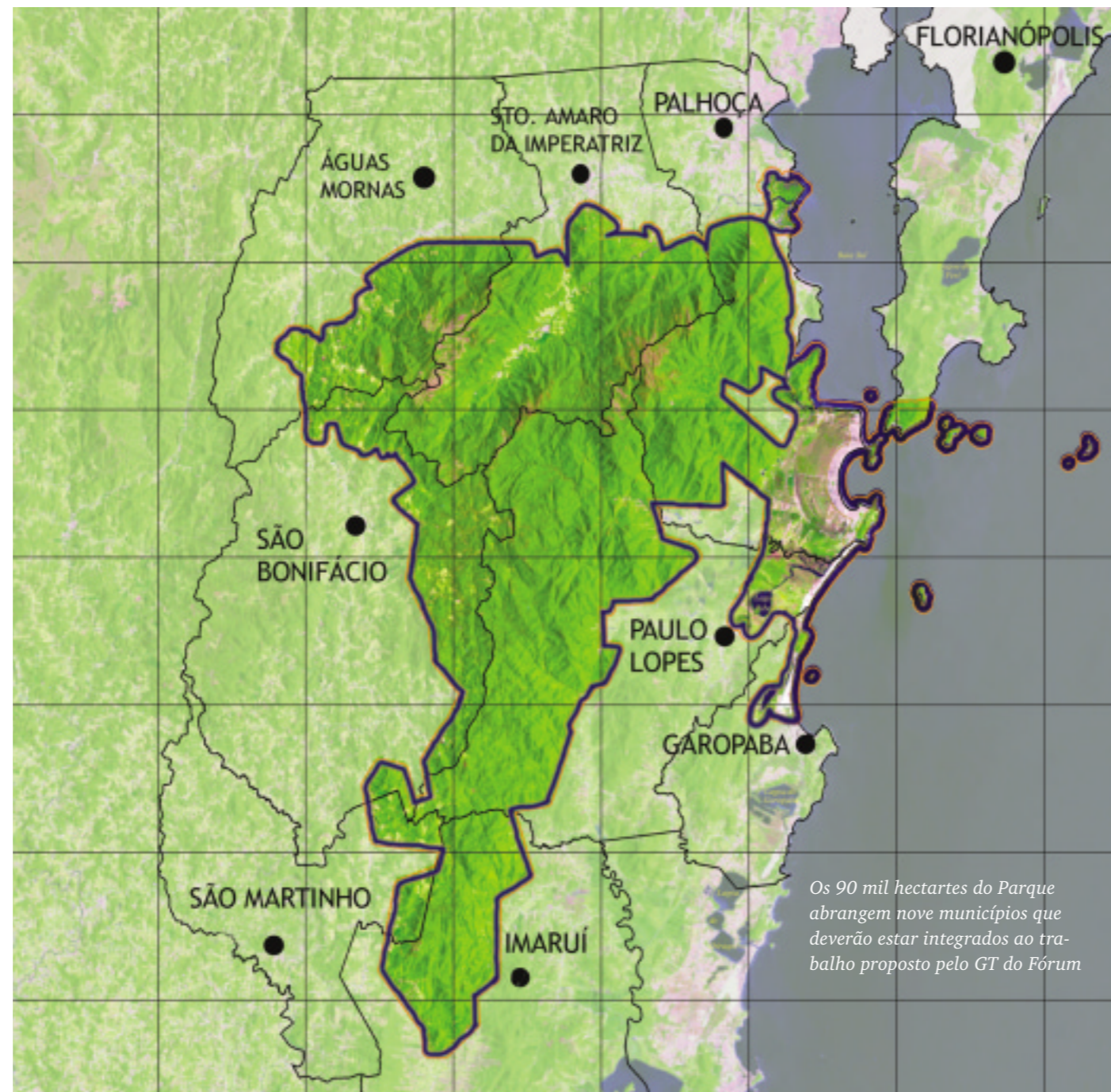
O grupo de trabalho (GT) do Fórum Parlamentar Permanente do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro apresentou oficialmente, no dia 19 documento delimitando sete problemas e as ações que podem solucioná-los, com definição de encaminhamentos à Fundação de Amparo ao Meio Ambiente (Fatma), ao Ministério Público Estadual, ao governo do Estado e às associações que representam as comunidades envolvidas pela área do Parque.

Integrante do Fórum, o Movimento de Recategorização compromete-se, no mesmo documento, a retirar a proposta que previa a transformação do Parque em Área de Preservação Ambiental (APA). O projeto era defendido por associações de moradores dos municípios abrangidos pela Unidade de Conservação (UC) como um caminho para a regularização de imóveis até hoje não indenizados pelo poder público e para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis pelos moradores. A desistência definitiva de levar esta proposta adiante dependerá da conclusão dos trabalhos de responsabilidade da Fatma.

Entre os compromissos da Fundação estão a realização de todas as ações legalmente de sua responsabilidade, em especial

estudos sobre os limites do Parque, redundando em sua revisão ou confirmação, e os relativos à regularização fundiária, fazendo uso dos recursos e meios disponíveis de origem própria ou resultantes de acordos nacionais e/ou internacionais. Os trabalhos vão contar com a contribuição e acompanhamento dos demais integrantes do GT/Fórum (confira no quadro). Os prazos e os desdobramentos relativos a estes estudos serão definidos de comum acordo com os membros do grupo de trabalho do Fórum e considerando as possibilidades técnicas e administrativas inerentes às tarefas.

A reunião foi coordenada pelos deputados Vanio dos Santos (PT), João Henrique Blasi (PMDB) e Lício Mauro da Silveira (PP), respectivamente presidente, relator e integrante do Fórum, instituído no último dia 4 de abril e que colocou na mesma mesa comunidade e poder público, de forma a construir um entendimento comum pela primeira vez em 30 anos sobre os problemas envolvendo o Parque. "A proposta foi elaborada em consenso pelos integrantes do grupo de trabalho, entre eles Fatma, entidades ambientalistas, associações comunitárias, Movimento de Recategorização do Parque Estadual e Assembléia Legislativa", destacou Vanio.



Os 90 mil hectares do Parque abrangem nove municípios que deverão estar integrados ao trabalho proposto pelo GT do Fórum

Fotos: Solon Soares

Representantes comemoram resultados

No documento, as instituições representadas no Grupo de Trabalho/ Fórum se comprometem a atuar conjuntamente em prol da proteção do Parque e do desenvolvimento regional, inclusive estabelecendo apoio mútuo para a concepção, elaboração e implementação do plano de Manejo do Parque e para a solução dos problemas de regularização fundiária da região. "É uma alegria assinar este documento e estamos confiantes que, através desta proposta, encontraremos solução para a maioria dos problemas sociais que envolvem o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro", disse a representante da Fatma, Ana Cimardi.

Renato Sehn, líder do Movimento de Recategorização do Parque, assinalou que foram mais de 20 reuniões para chegar até essa proposta. Destacou o trabalho e o empenho da Assembléia Legislativa para a criação do Fórum, que permitiu a busca do entendimento para o problema. "Honraremos este acordo histórico", enfatizou.

O relator do Fórum, deputado Blasi, líder do governo na Casa, lembrou que antes da criação desta instância de discussão, o sentimento era de angústia, ansiedade e incerteza. "Hoje, há uma hipótese concreta de desenvolvimento de uma ação, com superação de antagonismos", avaliou.

Cronograma

O progressista Lício Mauro da Silveira manifestou preocupação com o tempo para a execução das ações definidas pelo GT/Fórum e sugeriu a elaboração criteriosa de um cronograma para o cumprimento das ações, viabilizando, posteriormente, a apresentação de um projeto de lei que possa solucionar o caso. "Sugiro que até a semana que vem seja elaborado um cronograma sob a forma de planilha, estabelecendo prazos para cada uma das etapas da proposta apresentada", resumiu.

Lício Mauro propôs ainda, que seja examinado o artigo 117 do Decreto nº 14.250/81. As sugestões foram acolhidas pelo relator, a exemplo do pedido do grupo de trabalho de revogação dos artigos 42, 44 e 45 do mesmo decreto. O decreto regulamentou a Lei nº 5.793, de 1980, que instituiu a Política Estadual de Meio Ambiente, e os artigos referem-se à delimitação dos locais para proteção especial, multas e corte de árvores de florestas.

Reafirmando a legitimidade da proposta apresentada pelo GT/Fórum, o promotor de Justiça e Curador do Parque, José Eduardo Cardoso, salientou a importância da intermediação da Assembléia Legislativa no impasse que dura "mais de 30 anos" e que possibilitou um resultado positivo. "Aguardamos com ansiedade o resultado desse trabalho, sempre em consenso visando o bem comum, que garanta qualidade de vida para as presentes e futuras gerações", conclamou.

Os problemas e as ações definidas pelo GT/Fórum do Parque

PROBLEMAS

1 - Há divergências em relação à pertinência, critérios, valores e a forma de aplicação dos recursos provenientes dos Termos de Ajuste de Conduta aplicados na área do entorno do Parque.

2 - A existência de Área de Proteção Especial nos termos regulamentados demonstrou-se contraproducente para a proteção das Unidades de Conservação de proteção integral. Além disso, gerou conflitos com as comunidades.

3 - Usos e ocupações no Parque incompatíveis com a categoria de manejo.

4 - Falta de demarcação física consolidada dos limites do Parque.

5 - Uso inadequado dos recursos naturais, com o descumprimento de legislação e atuação insuficiente dos órgãos federais, estaduais e municipais.

6 - Baixa participação pública na implementação e gestão do Parque e seu entorno.

7 - Falta de regularização fundiária para os ocupantes das áreas situadas dentro e no entorno do Parque (Baixada do Massambu).

AÇÕES

1. Que o Fórum peça o relatório completo dos Termos de Ajuste de Conduta já aplicados, ao Ministério Público Estadual, Fatma e Fundação Cambirela de Meio Ambiente, detalhando os motivos para aplicação, valores estabelecidos e o destino destes recursos; encaminhe moção, referendada em Plenário, para suspender a aplicação dos Termos de Ajuste de Conduta (TACs) até que sejam finalizadas as discussões no âmbito do Fórum. O GT recomenda que sejam envolvidos na revisão dos critérios e forma de aplicação dos TACs o Ministério Público Estadual e Federal, todas as prefeituras municipais da região e o Movimento pela Recategorização do Parque.

2. Alterar os artigos 42, 44, 45 e 117 do Decreto Estadual nº 14.250/81, que regulamentou a Lei Estadual nº 5.793, de 1980, a qual instituiu a Política Estadual de Meio Ambiente. Os artigos definem as áreas de proteção especial, delimitam os locais adjacentes a estas áreas e o prazo de quinze dias para o pagamento de multas ambientais.

3. Que a Fatma realize estudo específico para diagnosticar as ocupações nas comunidades que ficam dentro do Parque, buscando soluções para cada caso, participando os resultados ao Fórum.

4. Que a Fatma inicie, ainda este ano, o georreferenciamento dos limites, realizando os ajustes pertinentes para a delimitação física das diversas áreas, utilizando recursos garantidos através dos convênios com instituições internacionais.

5. Que o Fórum envolva o setor de imprensa da Assembléia, através de seus veículos de comunicação, no trabalho de esclarecimento sistemático sobre questões ambientais; que a Fatma priorize a implementação do Plano de Manejo do Parque; que a Assembléia priorize emendas que garantam recursos ao Parque na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2007(LDO); que Fatma, Ministério Público Estadual e prefeituras envolvidas consolidem um cadastro único. Por fim, o GT sugere que o Fórum promova encontro entre Fatma/lbama e o GT.

6. Que o Fórum recomende ao Executivo a constituição de um conselho que permita maior envolvimento da comunidade local e a realização de processos de orientação, capacitação, treinamento e parcerias objetivando uma gestão compartilhada do Parque.

7. Que o Fórum avalie e busque junto com a Procuradoria Geral do Estado e outras instâncias do Estado, a regularização fundiária da totalidade da área do Parque.

Integrantes do Grupo de Trabalho do Fórum

• Ana Cimardi, representando a Fatma;
• Renato Sehn, representando o Movimento de Recategorização do Parque da Serra do Tabuleiro;

• Dennis dos Reis, representando a Associação dos Moradores da Praia de Naufragados;
• Elizabeth Albrecht, representando a Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses.



Representantes das associações e da Fatma chegaram a um consenso



Parlamentares e o curador do Parque (último à direita) consideraram um grande avanço no trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho

Poderees querem aumento do repasse constitucional

Nova discussão sobre o assunto será realizada na próxima semana e a votação em Plenário acontece antes do recesso, em 15 de julho

Jonas Lemos Campos



Vieirão (à esquerda) propôs mudar a base de cálculo do percentual, impendendo alterações pelo Executivo

Representantes do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual e Udesc reivindicaram o aumento do percentual da receita líquida estadual definido para os repasses orçamentários, em audiência pública realizada no dia 21, pela Comissão de Finanças e Tributação. O relator da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, deputado Dionei Walter da Silva (PT), foi o proponente da audiência, coordenada pelo presidente da Comissão, deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT).

Também o Poder Legislativo reivindica o reajuste, conforme preconiza emenda do presidente

da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), e das lideranças de partidos, discutida durante a reunião. A proposta é de aumentar em 0,1% os percentuais de repasse. No caso da Assembléia, o percentual sairia dos atuais 3,6% para 3,7%. O presidente do TCE, Gilson dos Santos, concorda com a proposta, que elevaria os atuais 1,2% para 1,3% da receita líquida do Estado.

Os presidentes do TJ, Pedro Manoel Abreu, o procurador geral de Justiça, Pedro Sérgio Steil, e o reitor em exercício da Udesc, Sebastião Iberes Mello, apresentaram propostas diferenciadas de aumento, baseadas em relatórios

de atividades. O TJ pede uma elevação de 7% para 8,5% da receita, enquanto o Ministério Público Estadual quer passar de 2,9% para 4,6%. O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) defendeu mudanças na base de cálculo dos percentuais. “Não adianta discutir aumento de repasse sem mudar a base de cálculo. Em vez de Receita Líquida Disponível deveria ser Receita Corrente Líquida. Essa o Executivo não pode alterar”, sugeriu.

O relator da matéria disse que a discussão será ampliada na reunião da Comissão do dia 28. A votação final está prevista para o próximo dia 15 de julho.

Educação cobra aplicação do artigo 170 da Constituição

O atraso no repasse dos recursos previstos pelo artigo 170 da Constituição Estadual para bolsas ao ensino superior a jovens carentes, centralizou os debates na reunião da Comissão de Educação, no dia 21. Na reunião, comandada pelo presidente da Comissão, deputado Romildo Titon (PMDB), representantes das secretarias da Fazenda e da Educação prestaram esclarecimentos sobre os atrasos.

De acordo com o deputado Paulo Eccel (PT) os convênios com as fundações municipais de ensino superior (Sistema Acafe) asseguram o percentual

de 1,25%, dos 25% destinados à educação para atender ao disposto pelo Artigo 170. “Cerca de 20 mil universitários estão à espera desse benefício”, informou.

De acordo com a diretora da Secretaria da Educação, Edir Seemund, o problema foi gerado pela falta de pagamento de três parcelas dos convênios referentes ao ano de 2005, comprometendo o cronograma deste ano. Mas, assinalou, a Secretaria da Fazenda já estaria providenciando a regularização, a partir de 30 de julho. Frank Ribeiro Corrêa, da Secretaria da Fazenda, confirmou

os problemas com a assinatura dos convênios e assegurou que o a pasta vai regularizar a situação. “O cronograma existe e queremos cumpri-lo nas datas previstas, mas os convênios precisam ser assinados com antecedência”, frisou.

A deputada Odete de Jesus (PL) pediu empenho e comprometimento das secretarias em cumprir o Artigo 170. “É preciso que as secretarias envolvidas na questão se comprometam diante das instituições aqui representadas, com a obrigação de viabilizar a verba em tempo hábil”, observou.

Parlamento homenageia os 45 anos de BRDE

A Assembléia Legislativa realizou sessão solene na noite do dia 21 para comemorar os 45 anos de criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Fundado pelos então governadores Celso Ramos (SC), Leonel Brizola (RS) e Ney Braga (PR), em 15 de junho de 1961, o banco se solidificou em sua trajetória como ferramenta importante no desenvolvimento da região Sul.

Requerida pelo líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), a sessão homenageou in memoriam Celso Ramos e também os funcionários da instituição. Celso Ramos Fonseca, neto do ex-governador, recebeu placa da Assembléia. “Meu avô era um homem de visão. E estaria certamente orgulhoso hoje”, disse Fonseca. O vice-presidente e diretor administrativo, Geovah José de Freitas Amarante, recebeu a placa em nome do BRDE e dos funcionários. “É desnecessário falar do BRDE. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, os catarinenses conhecem as ações do banco. Nossos parabéns pelos mais de 41 mil programas, pelos mais de 35 mil clientes nas carteiras. Parabéns também pelos US\$ 37 bilhões de investimentos realizados, gerando centenas de empregos”, afirmou Blasi.

Da tribuna, Amarante fez um balanço das ações da instituição nestes 45 anos. “O banco nasceu como braço financeiro do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul (Codesul) com a missão de ser suporte financeiro ao de-

envolvimento do Sul”, observou. Na trajetória, lembrou Geovah, alguns tropeços também tiveram que ser superados, como a intervenção feita pelo Banco Central na década de 90. “Mas graças ao apoio político, especialmente do Legislativo catarinense, conseguimos salvar o BRDE, hoje entre os 24 maiores do País, tendo apenas três agências, mas 35 mil clientes ativos”, salientou.

Presença

O BRDE está presente através de suas linhas de financiamento em 80% dos municípios da Região Sul. Em Santa Catarina, tem atuação eclética, ajudando na expansão do setor moveleiro, têxtil, cerâmico, na agroindústria, entre outras áreas. De maneira regional, tem como foco investimentos na geração de energia nas centrais hidrelétricas. “Nosso compromisso é com a inclusão social. Mais de 35 mil famílias de pequenos e mini produtores já foram beneficiados. Desenvolvimento que não é social, não é desenvolvimento”, assinalou Geovah.

Em 45 anos de existência, o BRDE financiou um montante de US\$ 16,1 bilhões, possibilitando investimentos na ordem de US\$ 37 bilhões irrigando 41 mil projetos. Com isso, gerou e garantiu a manutenção estimada de 1,3 milhões de postos de trabalho. Também garantiu uma arrecadação adicional de ICMS de US\$ 4,7 bilhões para os três estados do Sul.

Eduardo Guedes de Oliveira



Celso Fonseca recebe placa comemorativa do vice-presidente do BRDE

PLENÁRIO

Eduardo Guedes de Oliveira



Debate em Plenário gerou requerimento convocando o secretário para prestar esclarecimentos

Problemas na segurança pública provocam polêmica

Matéria divulgada pelo jornal Diário Catarinense no dia 21, abordando problemas na área de segurança pública do Estado, foi contestada pelo deputado Ronaldo Benedet (PSDB) em Plenário no mesmo dia.

Ex-secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão do atual governo, Benedet disse que os dados não conferem. "Há mais de 4 mil veículos pertencentes à polícia do Estado e se 17 deles estão na oficina de Florianópolis é porque precisam ser arrumados", disse, referindo-se a números divulgados pela reportagem.

O deputado peemedebista também afirmou que o atual governo supriu a lacuna deixada pelo governo anterior (Esperidião Amin/Paulo Bauer) e implantou uma política para a área. "Em nosso governo foram contratados 700 policiais, contra apenas quatro no governo passado. Ampliamos em 2.458 as vagas do sistema prisional,

contra 300 no governo passado, além da contratação de mais 300 bombeiros militares. Fizemos um plano de segurança pública para todo o estado e temos um para Tubarão, por exemplo, que só não foi implantado porque faltou o terreno. É verdade que o governo federal ajudou, mas grande parte dos recursos foi do governo estadual", argumentou.

Convocação

Ex-secretário da Fazenda no último governo de Amin, o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) rebateu as afirmações de Benedet. "O governo passado a que se refere o deputado Benedet é o governo de Esperidião Amin (PP), que não fez muita coisa porque teve que cumprir restos a pagar do governo que o antecedeu, do PMDB (governo Paulo Afonso/José Hülse)", respondeu. E desafiou o colega parlamentar a "sair à noite" nas ruas

de Florianópolis. "Eu o desafio a sair na rua à noite. Segurança há, sim, nos estádios de futebol, para proteger os jogadores, os juizes", disparou.

Em aparte, Joares Ponticelli (PP) disse que alguns policiais militares que iriam trabalhar na Festa do Divino tiveram que caminhar cinco quilômetros a pé para ir ao trabalho por falta de viatura.

As críticas ao sistema de segurança foram endossadas pelo petista Paulo Eccel, que apontou problemas como falta de combustível e sucateamento da frota de veículos policiais. "E isso está na matéria publicada pelo Diário Catarinense", salientou.

A polêmica em torno dos dados divulgados pelo jornal acabou gerando um requerimento, de autoria de Eccel, subscrito por Ponticelli em nome da bancada do PP, convocando o secretário de Segurança Pública para prestar esclarecimentos sobre os dados divulgados.

Assis denuncia inadimplência do Executivo com empreiteiras

Cerca de 20 pequenas construtoras estão demitindo funcionários pois não estão sendo pagas pelos serviços realizados desde dezembro de 2005. A denúncia foi feita pelo deputado Francisco de Assis (PT), durante a sessão ordinária do dia 21.

Segundo Assis, essas pequenas empresas estão sendo prejudicadas pelo governo es-

tadual, pois o governo federal já viabilizou recursos através da Caixa Econômica Federal para a conclusão de 55 obras, a maior parte ginásios. "Até o dia 8 de maio deste ano, 19 empresas de construção deixaram de receber mais de R\$ 2,7 milhões e, no dia 18, oito empresas ainda não tinham recebido cerca de R\$ 371 mil devidos", explicou o

petista.

Assis disse ainda que, em documento enviado à Assembléia no dia 12 de maio, pelo gerente de administração da Secretaria de Estado da Educação, Renato Miranda, o governo afirma que tentará viabilizar o pagamento do total devido através do Fundo dos Esportes (Fundesporte), num prazo de 30 dias.

APROVADOS

Plano de Cultura

O Plenário aprovou no dia 20, o Projeto de Lei n.º 141/06, de origem governamental, que estabelece políticas, diretrizes e programas para a cultura, o turismo e o desporto no Estado. Através dele fica instituído o Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto de Santa Catarina, que tem por base a aplicação de critérios como incentivo e valorização de todas as formas de expressão cultural; integração com as políticas de comunicação, ecológica, educacional e de lazer; preservação da identidade e da memória catarinense, entre outros.

Conforme o Plano, o Estado fica obrigado a implementar ações como organizar o

mercado cultural, incrementar as atividades esportivas e garantir a sustentabilidade das destinações turísticas.

Os recursos que bancarão o Plano deverão vir dos orçamentos do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (Funcultural), do Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo (Funturismo) e do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (Fundesporte). O orçamento geral do Estado poderá ainda destinar recursos das receitas próprias do Tesouro para a execução do disposto nesta Lei. ficam assegurados aos projetos de âmbito regional, no mínimo, 50% do total dos recursos destinados ao Funcultural, Funturismo e Fundesporte.

Programa de Cinema

Os deputados aprovaram, em turno único, na sessão dia 21, o Projeto de Lei n.º 156/06, de origem governamental, que cria o Programa de Cinema - Santa Catarina Film Commission, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte. O objetivo é facilitar a produção de cinema, documentários, programas de televisão e publicidade. Com a medida, o governo espera transformar Santa Catarina num centro de referência na produção

cinematográfica.

Um Conselho Gestor, de caráter consultivo e deliberativo, vai trabalhar, de forma sistemática, para transformar o estado em destino para locações da indústria de produção cinematográfica e audiovisual, nacionais ou internacionais. Com isso, o objetivo é ajudar a divulgar o território catarinense valorizando suas potencialidades e atrativos. O conselho agirá, na prática, como agente facilitador destas locações.

Voto de louvor

Como forma de reconhecimentos aos doadores de sangue, o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) apresentou o Projeto de Lei n.º 68/06, aprovado no dia 20 em Plenário. A matéria autoriza o Executivo a conceder voto de louvor e agradecimento, com registro nos assentamentos funcionais do servidor público estadual, pela doação voluntária de sangue nas

unidades de coletas públicas de Santa Catarina. Emenda aditiva do deputado Onofre Agostini (PFL), também aprovada em Plenário, estende o voto de louvor a todos os doadores de sangue.

Nilson Gonçalves justifica que a proposta busca incentivar o nobre gesto da doação de sangue, tão necessário nos hospitais e clínicas de saúde para salvar vidas.

Medalha de Mérito

A Assembléia Legislativa instituiu a Medalha de Honra ao Mérito Dom José Gomes com a aprovação da Emenda Substitutiva Global, de autoria do deputado Celestino Secco (PP), ao Projeto de Resolução (PRS) n.º 15/06, do

deputado Pedro Baldissera – Padre Pedro (PT). A honraria é destinada a homenagear, agradecer e reconhecer pessoas, movimentos sociais e entidades que prestam relevantes serviços humanitários.

PLENÁRIO

Vieirão pede cumprimento de lei

A efetiva aplicação da Lei Estadual n.º 12.918/04, que cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas em território catarinense, foi reivindicada pelo deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) em manifestação no Plenário, na tarde do dia 20.

De acordo com o parlamentar, as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa o seu balanço social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência do balanço. “O que acontece é que o Legislativo não vem cumprindo com seu papel de cobrar e conferir esses balanços, que estão sendo publicados a todo o momento nos jornais de circulação estadual”,

alertou.

O progressista também sugeriu a constituição imediata da comissão mista prevista pela lei para regulamentar, organizar o evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas a serem premiadas com o Troféu de Responsabilidade Social – Destaque – SC. A comissão deve ser integrada por representantes de entidades da sociedade civil. “Se há uma lei que reconhece o mérito dessas empresas, que a façamos ser cumprida”, disse.

Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha das empresas que receberão o troféu, constarão taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais; as



Vieirão: “responsabilidade da AL”

condições de trabalho, de higiene e de segurança, e o número de reclamações trabalhistas, entre outros itens.

Estado fica com maior fatia de recursos para rodovias

Neste ano, Santa Catarina receberá o maior lote de recursos do governo federal para manutenção rodoviária, entre todos os estados da federação, segundo informou a deputada Ana Paula Lima (PT) em Plenário, no dia 20. As verbas serão repassadas através do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), num total de R\$ 75,5 milhões. Seu destino é a conservação e restauração dos 2.242 quilômetros de estradas federais existentes em Santa Catarina.

Segundo a deputada, desde 2003, quando o DNIT resgatou os contratos de conservação e manutenção de estradas no estado, foram recuperados mais de 500 quilômetros em pavimentação e sinalização. “Essas decisões, como a de destinar recurso em maior volume para as estradas catarinenses, são fruto do modelo de desenvolvimento adotado pelo governo Lula”, comentou.

Apetista afirmou que o governo federal tem priorizado os projetos que atendem as necessidades da



Ana Paula: “há discriminação”

população, citando como exemplo o programa Brasil Sorridente, criado no segundo ano do mandato de Lula. Há algumas semanas, o programa foi reconhecido pelo Conselho Federal de Odontologia como o mais importante em saúde bucal de toda a história da nação. “O Brasil, antes definido como um país de desdentados, hoje tem nova realidade e, em apenas dois anos, o programa totalizará investimentos superiores a R\$ 1,2

bilhão, sendo, somente neste ano, R\$ 545 milhões. É o exemplo de um programa sério com resultados comprovados”, informou.

O sucesso das políticas federais, na avaliação da deputada Ana Paula, não se repete em Santa Catarina. “Infelizmente, não se pode dizer o mesmo das políticas sociais do governo estadual como a que garante o uniforme escolar para as crianças da rede pública estadual”, exemplificou. A parlamentar contou que recebeu reclamações de pais de alunos que estão sendo discriminados nas escolas, citando um caso em um estabelecimento estadual de Blumenau. Segundo ela, houve reclamações ainda do atraso na entrega dos uniformes e de diferenças na padronagem de cores entre os de manga curta e longa. “Nas palavras de uma mãe que me escreveu, o Estado está rotulando as crianças de famílias carentes, diferenciando-as das outras com melhores condições financeiras, e isso é inadmissível”, concluiu Ana Paula.

Dado diz que turismo cresceu 15%

O turismo está em alta no estado, conforme pesquisa apresentada em Plenário pelo deputado Dado Cherem (PSDB) no dia 20. No verão de 2005, Santa Catarina recebeu 2,7 milhões de turistas. No mesmo período deste ano, esse número aumentou em 15%. “Realmente, as ações do governo do Estado, Santur e Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo alcançaram o resultado esperado. Temos um pólo voltado à excelência na qualificação do turismo”, comentou.



Dado: “turismo de qualidade”

A maior parte dos turistas que visitam Santa Catarina é proveniente dos três estados do Sul e de São Paulo.

De acordo com o deputado tucano, considera-se hoje que o turismo regionalizado está sendo a grande força do setor em Santa Catarina, seguido pelos visitantes argentinos, paraguaios e chilenos, que atualmente superam os uruguaios em número. “E a pesquisa mostrou que 95% desses turistas pretendem retornar”, informou.

Coligações preocupam Boppré



Boppré: “E os princípios?”

A atual dinâmica das coligações partidárias para as eleições de outubro, foi classificada de “confusa” pelo líder do P-SOL na Assembléia Legislativa, deputado Afrânio Boppré. “A cada semana que passa assistimos a um capítulo inesperado. Não consigo entender o que está se passando nas cabeças dos nossos políticos”, comentou o parlamentar em manifestação da tribuna no dia 20, numa refe-

rência direta à coligação entre o PMDB, PSDB e PFL.

Para Boppré, um político que se cerca de limites em relação à ética e ao compromisso público acaba com um pequeno espaço no campo político. “Com o espaço político tão delimitado chega uma hora em que tem que se decidir se continua atendendo a seus princípios ou se eles devem ser revistos. O problema é esse. Tem muita gente revendo seus princípios”, argumentou. Boppré frisou ainda que essa “confusão” partidária está sendo assistida pelo povo catarinense e pediu seriedade na hora da escolha dos novos governantes.

Em aparte, o deputado Joares Ponticelli (PP) endossou o discurso de Boppré e lembrou que a reação da sociedade catarinense sobre as atuais coligações vai se manifestar no resultado das urnas. “Essa prática política viciada instalada no país e no Estado vai ser desmascarada pela população nas urnas. É lá que veremos que esse tipo de política sem ética não funciona”, concluiu.

Começam obras do Hospital do Extremo-oeste

A assinatura da ordem de serviço para o início da construção do Hospital Regional do Extremo oeste, em São Miguel do Oeste, no dia 20, onde serão investidos mais de R\$ 12 milhões, foi destacada pelo vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB) em Plenário, no dia 21. “A obra é uma reivindicação antiga da população oestina e deverá estar concluída em 18 meses”, anunciou.

O hospital regional terá 10.100 metros quadrados e atenderá uma população de 300 mil pessoas, espalhada em 40 municípios da região. Serão 72 leitos, dos quais 10 de UTI e 12 para observação.

O parlamentar destacou a atual forma de gestão estadual e creditou a ela a realização dessa obra. “O hospital vai proteger o bem individual que é a integridade física, a vida. E com certeza, isso só foi possível graças aos esforços incansáveis da população e do governo”, disse Nadal. Além da entrega das instalações físicas, também serão entregues os equipamentos para garantir o



Herneus: “esforços conjuntos”

funcionamento da unidade.

Conforme manifestação em aparte do deputado Dado Cherem (PSDB), ex-secretário de Saúde, a obra atenderá os anseios e necessidades da população do Oeste. O tucano destacou ainda que o prefeito de São Miguel do Oeste, João Carlos Vallar (PMDB), disse que, a partir da inauguração muitas vidas serão poupadas. “Através das palavras do prefeito pude ver a importância da obra para a região. É uma obra que não tem preço”, concluiu.

PLENÁRIO

Ponticelli fala sobre crise financeira estadual

Uma charge publicada no Jornal da Manhã, de Criciúma, no último dia 6, chamou a atenção do deputado Joares Ponticelli (PP). Nela aparece um desenho de um avião e uma frase que diz: atenção senhores secretários, apertem os cintos que o dinheiro sumiu. "Já estamos há muito tempo alertando sobre a situação financeira do Estado. Estamos com imensas dificuldades financeiras e ninguém faz nada", afirmou o parlamentar em manifestação da tribuna, no dia 20.

A charge se referia ao anúncio do secretário da Casa Civil, Ivo Carminatti, de que "fecharia" os cofres públicos para manter o equilíbrio

financeiro do Estado. De acordo com Ponticelli, o secretário afirmou que não haverá novas obras e as que estão em andamento serão desaceleradas. "A decisão foi tomada para manter o caixa", resumiu o progressista.

Em suas críticas ao atual governo, o parlamentar argumentou que, em três anos e meio, nada aconteceu e nenhuma obra foi iniciada. "Todas as obras que estão em andamento foram iniciadas no nosso governo (Esperidião Amin/Paulo Bauer – 1999 – 2002) e agora no apagar das luzes, sem responsabilidade e sem recurso, decidem iniciar a obra de construção do Hospital Regional do



Ponticelli: "lamentável"

Extremo-oeste. É lamentável que esse tipo de coisa ainda aconteça", concluiu.

Vanio comemora decisão judicial

A decisão da Justiça Federal, que liminarmente suspendeu a licitação promovida pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), para a selecionar instituição financeira para pagamento da folha de pessoal dos empregados da empresa, foi muito comemorada pelo deputado Vanio dos Santos (PT), na tarde do dia 20.

A liminar, concedida pelo juiz substituto da 3ª Vara Federal de Florianópolis, Cláudio Roberto da Silva, afirma que a Constituição Estadual prevê que os recursos dos órgãos e entidades da administração pública devem ser depositados somente em



Vanio: "reconhecimento da Justiça"

bancos oficiais. "Não há nenhum argumento para leiloar as contas

do Besc. Aliás, todas as despesas do banco são bancadas pelo governo federal para atender o Estado. Não se pode simplesmente leiloar essas contas", comentou o deputado Vanio.

Vanio ainda elogiou o ato do juiz. "Quero aqui parabenizar pela decisão cívica e profissional desse senhor e só espero que, a partir de agora, a Justiça Federal mantenha essa decisão", concluiu. No último dia 25 de abril, a Assembléia Legislativa promoveu uma audiência pública, a pedido do deputado, para que o governo do Estado apresentasse à população os reais motivos do leilão.

Odete faz convite aos catarinenses



Odete: "evento para todos"

A deputada Odete de Jesus (PL) usou a tribuna no dia 21, para convidar a população catarinense, em especial os jovens, a participar da Marcha para Jesus, que acontece

na Beira-Mar Norte, em Florianópolis, no dia 1º de julho.

A Marcha é um evento internacional que ocorre anualmente em centenas de cidades do mundo. "Um ato pacífico, consciente e excitante do mover de Deus em nossos dias. São muitos jovens participando e na sua maioria jovens que tiveram suas vidas desestruturadas com problemas como o uso de drogas", afirmou.

O evento integra o calendário oficial de diversas cidades e conta com a participação de trios elétricos de diversas comunidades e igrejas cristãs, "envolvendo todas as denominações e capturando de forma arrebatadora as mentes e corações de seus participantes".

De acordo com a deputada, o estado de São Paulo reuniu na

semana passada cerca de três milhões de pessoas.

Record

Para comemorar os 37 anos da Rede Record de Televisão, a líder do PL, apresentou no dia 21, uma moção de agradecimento ao diretor-geral da emissora em Florianópolis, Anderson da Silva. A parlamentar destacou a evolução da emissora que atualmente cobre 100% do estado de Santa Catarina, além de estar presente nos Estados Unidos e na Europa.

Segundo Odete, para poder transmitir um jornalismo de credibilidade, a Record investe de forma contínua em infra-estrutura, o que garante uma grade de programação variada e abrangente.

[GABINETES]

OFICIAIS DE JUSTIÇA

Depois de requerer que seja instituído o dia 20 de junho como Dia do Oficial de Justiça, Onofre Agostini (PFL) quer agora, através do Projeto de Lei nº 227/06, que os Oficiais de Justiça de Santa Catarina sejam isentos do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS – e do imposto sobre a propriedade de veículo automotor – IPVA –, quando da aquisição de veículos novos ou usados.

O PL prevê que a isenção dos impostos acontecerá quando da aquisição de apenas um veículo, desde que seja de fabricação nacional. Outro artigo do projeto diz que o veículo não pode ser alienado por um período maior que 36 meses, salvo para os profissionais que sejam efetivos no cargo.

Onofre argumenta que os Oficiais de Justiça têm que cumprir inúmeros mandados judiciais fora de suas cidades, e para possibilitar as execuções destas medidas, a grande maioria dos Oficiais colocam seus próprios veículos a serviço do Estado. Além destas diligências serem feitas, muitas vezes, em estradas sem pavimentação, os Oficiais são obrigados a trabalhar nos finais de semana, conforme preceitua o artigo 172 do Código de Processo Civil, bem como para atender a elevada demanda de processos. Levando em consideração todos esses fatos e também a descompensação salarial sofrida por esta categoria de servidores, já não estão mais conseguindo arcar com os altos custos de manutenção de seus veículos. (Jucimar José Lazare)

CURSO DE MEDICINA

Os deputados aprovaram indicação, de autoria do deputado Cesar Souza (PFL), solicitando junto à secretaria de Educação e à reitoria da Udesc, medidas que possibilitem a instalação do curso de Medicina na UDESC nas dependências da Universidade do Contestado - Campus Universitário de Concórdia.

A Universidade do Contestado - Campus Universitário de Concórdia - oferece à comunidade local e regional 24 cursos de graduação, oito cursos sequenciais, 11 cursos de pós-graduação e um de mestrado. A UnC Concórdia está localizada na Microrregião da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense, composta de 16 municípios com mais de 145 mil habitantes. De acordo com o parlamentar, "a Universidade do Contestado - Campus Concórdia - dispõe de um quadro de mestres e doutores em enfermagem e outras áreas da saúde com capacidade para atender às exigências que o curso de medicina requer". Segundo o parlamentar, o município de Concórdia possui um excelente corpo clínico e uma unidade hospitalar com infra-estrutura adequada para atender a todo o Oeste catarinense, bem como a possível implantação do curso. (Cármem Leite Rovira)

BANCO DA TERRA

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) aprovou moção na Assembléia Legislativa que solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, os mesmos benefícios do programa Nossa Terra Nossa Escola, da instrução normativa nº30, aos pequenos agricultores. Com a medida, estes agricultores teriam acesso às mesmas condições de financiamento em prestações para aquisição de terra dadas aos assentados pelo Incra, o que representaria a redução de cerca de 50% do valor sobre a prestação anual.

"As dificuldades que os agricultores enfrentam em cumprir seus compromissos financeiros e a baixa dos preços dos produtores agrícolas, acabam prejudicando seguidamente as produções, levando grande parte a decretar falência e, às vezes, desistindo do trabalho no campo", justificou Sopelsa.

A estrutura agrícola de Santa Catarina é integrada 189 mil estabelecimentos rurais, sendo que 90% deles são pequenas propriedades agropecuárias com menos de 50 hectares. "Outro aspecto negativo e que nos leva a pedir apoio do Ministério, são as seguidas estiagens ocorridas em solo catarinense nos últimos três anos, que tem ocasionado grande perda na produção agrícola de catarinense", salienta Sopelsa. (André Guesser)

COMUNIDADE



Eduardo Guedes de Oliveira



Carlos Kilian

A discussão sobre a política de mobilidade urbana, como a realizada na Assembléia (detalhe acima), vai aperfeiçoar a proposta do Ministério das Cidades que deve ser encaminhada ao Congresso até o final do mês

Seminário discute política de mobilidade urbana

Anteprojeto está em debate em todo o país pelo Ministério das Cidades

O anteprojeto de origem do governo federal que institui a política de mobilidade urbana, assegurando acesso universal às cidades, deverá ser uma ferramenta importante para mudar as relações em sociedade. A avaliação foi feita pelo representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Alexandre Gomide, durante o seminário realizado no dia 14, na Assembléia Legislativa, para discutir a proposta que deve chegar ao Congresso Nacional ainda neste mês. O seminário vem sendo realizado sistematicamente pelo Ministério das Cidades em diversas partes do país com objetivo de colher sugestões.

O Ministério das Cidades já havia promovido 10 seminários regionais no país em 2005 e 2006 para debater o assunto. O 11º foi realizado atendendo solicitação do deputado Vanio dos Santos (PT), presidente da Comissão de Trabalho e Serviço Público do Legislativo catarinense. Um dos principais objetivos da proposta em discussão, de acordo com o diretor

de Regulação e Gestão da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Carlos Morales, é dar fundamentação para que os governantes locais possam elaborar as suas leis de transporte local. "Um segundo ponto a destacar é que a proposição dirige-se muito mais à promoção do desenvolvimento urbano de forma sustentada do que ao desenvolvimento do setor de transporte", disse. "Uma cidade em que é difícil se movimentar é uma cidade custosa a todos", completou Morales.

Vanio dos Santos destacou que a política pública de transporte é determinante para que cidadãos tenham acesso a outras políticas públicas como as de saúde e educação. O vereador Márcio de Souza (PT), que no ato representou a Câmara da Capital, concordou com Vanio. "Sem mobilidade a democracia não se estabelece", resumiu.

Gomide lembrou do ceticismo que pairava na sociedade quando da aprovação de leis que hoje venceram esta barreira na prática. "Quando surgiu o Código de Defesa do Consumidor diziam que era uma lei para a Europa, não para o Brasil, tamanhos os avanços. Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) passou pela mesma discussão e hoje se conseguiu requalificar o debate. A mesma coisa aconteceu com o Código Nacional de Trânsito,

que chegaram a chamar de suco, mas que na prática ajudou a reduzir os acidentes", ilustrou.

Instrumento

Gomide destacou a mudança do foco, ou requalificação da discussão sobre a política de mobilidade urbana que o governo está propondo. "Quando hoje se fala em trânsito, fala-se em multa e em tarifas. Com o anteprojeto, estamos requalificando a discussão, falando em sustentabilidade, política de desenvolvimento urbano, entre outros aspectos. Uma lei até pode ter pouco poder de aplicação, mas certamente é um instrumento poderoso para promover mudanças", salientou o representante do IPEA.

O promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, Davi do Espírito Santo, destacou a importância da União fixar diretrizes do que é possível ser feito em relação aos meios de transporte, como o estabelecimento de locais de estacionamento para bicicletas e motocicletas.

Um dos representantes do Ministério das Cidades presentes ao evento, João Alves, salientou a necessidade de se levar a sério a discussão. "Não estamos discutindo apenas o trânsito de veículos, devemos levar em conta as pessoas."

Associações acusam falta de planejamento

O maior monitoramento em relação ao uso da faixa de pedestre e o uso das ciclovias também foi mencionada. "Acho que as pessoas deveriam estar mais atentas aos seus deveres e não apenas a seus direitos. Eu sugiro que tiremos aqui uma campanha de paz no trânsito, que deve ter como enfoque principal os deveres dos participantes do trânsito", disse Eldon Egon Jung, presidente da Associação Blumenauense pró-Ciclovias.

O presidente da Associação de Moradores da Praia dos Ingleses, Márcio Porto, destacou como grande problema de mobilidade em Florianópolis o tamanho das calçadas. "É muito estranho que com o tempo as calçadas vão diminuindo. Daqui a pouco estaremos passando em meio aos carros. Para mim isso é um grande exemplo de falta de plane-

jamento", comentou.

O presidente da Viaciclo, Milton Carlos Della Giustina, argumentou que apesar das dificuldades enfrentadas na capital, a cidade possui uma das melhores legislações de trânsito, porém há a necessidade de que os mecanismos e leis aplicadas para beneficiar essa situação sejam corretamente aplicadas e devidamente elaboradas.

"Se viabilizarmos mais ciclovias e conferirmos mais segurança a esse meio de transporte, com certeza estaremos colaborando para a redução do fluxo de automóveis circulando na cidade", observou.

Ao encerrar o encontro, o deputado Vanio dos Santos enfatizou a necessidade das políticas públicas priorizarem o cidadão. "Podemos ter convicções, mas precisamos saber dialogar", finalizou o parlamentar.